

Carlos Moura

F. Invasão



Tratores do governo foram levados ontem ao Parque Ecológico de Taguatinga, mas só derrubaram cercas no loteamento irregular; donos das casas ganharam prazo

Oposição quer CPI mais ampla

Distritais propõem hoje que, além da grilagem, Câmara investigue invasão de terras públicas e desapropriações

João Pitella Jr e
Ana Maria Campos
Da equipe do **Correio**

A bancada de oposição da Câmara Legislativa decidiu que vai apresentar, hoje, um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar, ao mesmo tempo, a invasão de terras públicas, a grilagem de terras públicas e a desapropriação de terras particulares no Distrito Federal. Como havia vários deputados pretendendo abrir CPIs sobre a questão fundiária, a oposição fez um acordo e resolveu concentrar os esforços num só requerimento, que será mais abrangente.

Para apresentar esse requerimento são necessários oito votos, e a oposição já tem nove garantidos — os cinco do PT e os quatro do bloco independente (PL, PSB, PDT e PPS). Aprovar o requerimento exige 13 votos — e a bancada governista não dá sinais de que votará favoravelmente. Ainda que

seja aprovada, a instalação da CPI da Grilagem vai ser mais difícil, porque existem outras duas comissões já aprovadas na fila: as que investigariam irregularidades na distribuição de verbas publicitárias do governo e no Instituto Candango de Solidariedade.

Além disso, o líder da bancada governista, José Edmar Cordeiro (PMDB), também está querendo uma CPI para apurar as agressões que vêm sendo sofridas pela família do jornalista Ricardo Noblat, diretor de Redação do **Correio**. Por isso, vai ser necessário um acordo de líderes para decidir qual de todas essas CPIs terá prioridade para entrar em funcionamento.

“O assunto das terras públicas é a questão mais importante em Brasília neste momento”, avalia o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB). Com maioria na Câmara — 15 dos 24 deputados —, a bancada governista, por sua vez, dá sinais de que pretende dificultar a CPI da Grila-

gem. “Já foi feita uma CPI sobre a Grilagem há cinco anos e nada ficou provado contra o governador Roriz. A oposição está trazendo esse assunto à tona outra vez para confundir a opinião pública”, disse José Edmar.

PRAZO PARA INVASOR

O caloroso debate sobre o tema na Câmara Legislativa levou o governo a anunciar, para on-

tem, uma ação de derrubada no Parque Ecológico de Taguatinga. Mas a verdadeira desmobilização do parcelamento irregular não aconteceu. Ficou para

amanhã. Isso se no decorrer do prazo de 48 horas, estipulado pelo governo para a derrubada das edificações erguidas no local, não houver qualquer “ingerência política ou liminar da Justiça” que iniba a ação, segundo adiantou o sub-gerente do Serviço Integrado de Vigilância do Solo (SivSolo), Major Esmeraldo de Oliveira.

Servidores do SivSolo, Terracap e Administração de Taguatinga limitaram-se ontem a derrubar cercas e estacas, e destruíram ruas no loteamento irregular recentemente iniciado na área de proteção ambiental entre Taguatinga e Samambaia. Mas todas as edificações foram poupadas.

Duas boas casas de alvenaria, ruas e cercas compunham

o cenário de quem chegava ontem ao local. Manuelito Oliveira, morador de Samambaia, apresenta-se como o dono de uma das casas. Na tarde de ontem, ele fez questão de acompanhar a apreensão dos seis mil tijolos e 40 telhas que se-

riam usados na obra. “Há seis anos construí um barraco neste lote e há seis meses comecei a erguer a casa, na esperança de ver a área regularizada pelo governo”, conta.

A mesma esperança teve o servidor público Carlos Martins Resende, que em janeiro comprou por R\$ 12 mil um lote de 800 m2 no local. “Fui engana-

do. Disseram que esta área seria regularizada”, diz.

Oliveira explica que a área onde Manuelito construiu a sua casa, apesar de ser ao lado do lote de Carlos, tem tratamento diferente do restante do loteamento. “São duas situações distintas. Há um projeto na Câmara Legislativa do deputado Adão Xavier (PMDB) para desafetação (mudança de destinação) desta área”, diz, apontando lote de Manuelito. “Desta cerca para baixo, sim, há um parcelamento irregular, promovido pessoas que têm concessão de uso provisório da Terracap”, explica.

O surgimento do parcelamento foi foco de uma denúncia feita na semana passada pelo líder da bancada do PT na Câmara Legislativa do DF, deputado Paulo Tadeu. No ano passado, o próprio Tadeu, como integrante da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deu parecer contrário à desafetação da área proposta por Xavier. “Isso não está mais em discussão. A proposta foi arquivada no ano passado”, diz o deputado. “Não há motivo para tratar as áreas de formas diferentes. Todas representam desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio público.”

